



Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades

SPLIU concede o benefício da dúvida ao Plano SOS do Governo para a Educação

Urge implementar medidas de valorização da carreira docente

O SPLIU teve a oportunidade de referir, por diversas vezes, ao anterior Ministro da Educação, que o problema da falta de professores, e, conseqüentemente, de centenas de milhar de alunos sem aulas a uma ou mais disciplinas, não se trata de um problema conjuntural, mas sim de um problema estrutural.

Esta associação sindical independente não alterou um milímetro a sua posição em relação ao atual Governo, mas, face à situação de emergência referente a um problema educativo muito sério, para o qual importa encontrar soluções rápidas que ajudem a mitigar a falta de professores, entendeu o SPLIU conceder o benefício da dúvida ao Plano SOS apresentado pelo Senhor Ministro da Educação, Ciência e Inovação intitulado "Mais aulas, mais sucesso", ainda que as medidas anunciadas sejam eminentemente de curto prazo, sendo que algumas delas deverão merecer a devida ponderação e respetiva harmonização por parte da tutela.

O SPLIU considera ainda, que as medidas agora anunciadas no âmbito do supracitado Plano, deverão merecer um acompanhamento muito próximo do MECI na sua implementação, pois há que salvaguardar a qualidade das práticas pedagógicas, do ensino, e, conseqüentemente, a avaliação das aprendizagens.

Todavia, o benefício da dúvida agora concedido pelo SPLIU ao Plano apresentado pelo Professor Fernando Alexandre esgotar-se-á, se o MECI não apresentar, muito em breve, outras medidas de curto prazo, que incidam sobre a valorização da docência, designadamente, em sede da revisão do ECD e da reestruturação da carreira, que contemplem, desde logo, um novo escalonamento e a revalorização dos índices salariais.

A curto e médio prazo é ainda fundamental que o Senhor Ministro implemente um quadro inovador que motive os jovens a optarem pelos cursos via ensino rumo à docência, e que se predisponha a rever e a regular as condições de trabalho, com destaque para os horários dos professores, a rever e alterar o modelo de avaliação do desempenho docente, entre muitas outras matérias que necessitam de abordagem, numa perspetiva sistémica e integrada de reforma da Educação.

Lisboa, 15 de junho de 2024

A Direção Nacional